

Mensagem nº 244

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor EDUARDO CARVALHO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Namíbia.

Os méritos do Senhor Eduardo Carvalho que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 15 de agosto de 2014.

Brasília, 27 de Junho de 2014

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **EDUARDO CARVALHO**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Namíbia.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **EDUARDO CARVALHO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Aviso nº 333 - C. Civil.

Em 15 de agosto de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor EDUARDO CARVALHO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Namíbia.

Atenciosamente,

ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE *EDUARDO CARVALHO*

CPF.: 185.714.841-04

ID.: 8081 MRE

1956 Filho de Waldemar de Araújo Carvalho e Mafalda Carvalho, nasce em 14 de maio, em Blumenau/SC

Dados Acadêmicos:

1978 Relações Internacionais pela Universidade de Brasília/UnB

1979 CPCD - IRBr

Cargos:

1980 Terceiro-Secretário

1983 Segundo-Secretário

1990 Primeiro-Secretário, por merecimento

1994 Conselheiro, por merecimento

2006 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

Funções:

1980-1981 Seção de Expedição Postal, assistente

1981-1983 Departamento de Comunicações e Documentação, assistente

1983-1984 Coordenadoria Técnica do Departamento de Comunicações e Documentação, assessor

1984-1987 Consulado-Geral em Milão, Cônsul-Adjunto

1987-1990 Embaixada em Lima, Segundo-Secretário

1991-1993 Divisão de Visitas, assessor e Chefe, substituto

1993-1995 Gabinete do Ministro de Estado, assessor

1995-1998 Missão junto à ONU, Nova York, Conselheiro

1998-2000 Cerimonial, Subchefe

2000-2003 Presidência da República, Cerimonial, Subchefe

2003-2007 Embaixada em Camberra, Conselheiro, Ministro-Conselheiro, comissionado

2007-2009 Consulado-Geral em Milão, Cônsul-Geral Adjunto

2009-2013 Senado Federal, Assessor Diplomático da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

2013 Consulado-Geral em Sydney em missão transitória, Cônsul-Geral, interino e Cônsul-Geral Adjunto

2014 Embaixada em Díli em missão transitória

Condecorações:

1991 Ordem de Isabel, a Católica, Espanha, Comendador

1999 Ordem da Cruz da Dinamarca, Dinamarca, Comendador

2002 Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador

ROBERTO ABDALLA

Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

NAMÍBIA



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Abril de 2014

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL:	República da Namíbia
CAPITAL:	Windhoek
ÁREA (2010 – BM):	823.290 km²
POPULAÇÃO (est. 2010 – BM):	2,283 milhões
IDIOMA OFICIAL:	Inglês
RELIGIÕES:	Entre 80% e 90% da população é cristã (mais de 50% são luteranos); a maioria dos restantes 10% a 20% são animistas
SISTEMA POLÍTICO:	Semipresidencialismo
CHEFE DE ESTADO:	Hifikepunye Pohamba (desde março/2005)
CHEFE DE GOVERNO:	Hage Geingob (desde dezembro/2012)
CHANCELER:	Ministra Netumbo Nandi-Ndaitwah (desde dezembro/2012)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Lineekela Mboti (desde novembro/2010)
PIB (2012 – BM):	US\$ 12 bilhões
PIB PER CAPITA (2012 – BM):	US\$ 7.900
UNIDADE MONETÁRIA:	Dólar namibiano
IDH - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (2011 – PNUD):	0,625 (120ª posição entre 185 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2011):	62,5 anos
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO (2011):	88,5%
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	115 cidadãos

INTECÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ milhões, FOB) – Fonte: MDIC

BRASIL⇒ NAMÍBIA	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Intercâmbio	11,55	12,89	12,75	16,60	23,05	52,41	19,65	25,63	26,26	23,94
Exportações	11,46	12,87	12,64	16,53	22,98	52,41	19,43	24,37	26,17	23,91
Importações	0,08	0,02	0,11	0,07	0,07	-	0,21	1,26	0,09	0,03
Saldo	11,37	12,85	12,53	16,46	22,92	52,41	19,21	23,10	26,08	23,88

PERFIS BIOGRÁFICOS

Hifikepunye Lucas Pohamba *Presidente*



Nasceu em 18 de agosto de 1935. Em 1960, participou da fundação da SWAPO ("Organização do Povo do Sudoeste Africano"), movimento que lutou pela independência da Namíbia (à época chamada Sudoeste Africano) e hoje o principal partido do país.

Exilado e preso, acabou retornando com Sam Nujoma à Namíbia em 1966. De 1977 a 1989 foi Secretário de Finanças da SWAPO e chefe das operações do grupo em Luanda (1982-89). Desde a independência, ocupou diversos postos ministeriais. Em 1997, foi eleito Secretário-Geral da SWAPO e, em 2002, com o apoio de Sam Nujoma, foi eleito vice-presidente da SWAPO. Foi eleito Presidente da República em 2004, com 76,4%. Em 2009, foi reeleito com 75% dos votos, para mandato até 2014.

Hage Geingob
Primeiro-Ministro



Nascido em 3 de agosto de 1941, no distrito de Grootfontein, Hage Geingob iniciou sua militância ainda jovem. Aos 20 anos, teve que se exilar em Botsuana, onde foi nomeado, em 1963, representante da *South West Africa People's Organization* (SWAPO). Em 1964, migrou para os Estados Unidos, onde concluiu sua educação superior, obtendo título de Mestre em Relações Internacionais pela New School University, em Nova York. Também em 1964, foi apontado representante da SWAPO junto às Nações Unidas, posto no qual permaneceu até 1971. Em 1972, foi nomeado oficial de assuntos políticos junto ao Secretariado das Nações Unidas, e em 1975, Diretor do Instituto da ONU para a Namíbia.

Em 1989, voltou à Namíbia – após 27 anos de ausência - para ser chefe de campanha da SWAPO nas primeiras eleições independentes do país. No mesmo ano, foi eleito "chairman" da Assembleia Constituinte que redigiu a Constituição do país. Em 1990, tornou-se Primeiro-Ministro da Namíbia, cargo para o qual foi reeleito em 1995. Em 2002, deixou a primatura, e no ano seguinte assumiu o secretariado executivo do fórum intergovernamental Global Coalition for Africa, com base em Washington DC. Em 2007, foi eleito Vice-Presidente da SWAPO e apontado para o Ministério da Indústria e Comércio. Em 2012, foi reeleito para a Vice-Presidência do partido e, no mesmo ano, foi novamente nomeado Primeiro-Ministro, credenciando-se para a sucessão do atual presidente do país, Hifikepunye Pohamba, nas eleições de 2014.

Netumbo Nandi-Ndaitwah
Ministra das Relações Exteriores



Nascida em 29 de outubro de 1952, na região de Oshana, Netumbo Nandi-Ndaitwah exilou-se, aos 20 anos, na Zâmbia. Nesse país, ingressou na SWAPO, em 1974.

No ano seguinte, foi para a União Soviética, onde concluiu seus estudos na Escola Komsomol de Altos Estudos. De volta à Zâmbia, tornou-se Representante Adjunta da SWAPO no país, cargo que exerceu até 1976. Em 1980, foi escolhida Representante da SWAPO para a África Oriental. É membro da Assembleia Nacional desde 1990, e foi Ministra Adjunta de Relações Exteriores entre 1990 e 1996; e de Assuntos Relativos às Mulheres e às Crianças entre 1996 e 2000. Entre 2005 e 2010, foi Ministra da Informação e Tecnologia, de onde saiu para assumir a pasta de Meio Ambiente e Turismo, em 2010. Em dezembro de 2012, tomou posse como Ministra das Relações Exteriores.

RELAÇÕES BILATERAIS

Desde a década anterior à independência da Namíbia, o Governo brasileiro estabelece contatos com a SWAPO (do inglês "Organização do Povo do Sudoeste Africano"), movimento que lutou pela independência da Namíbia (à época chamada Sudoeste Africano) e hoje é o principal partido do país.

Nesse contexto, Sam Nujoma, principal liderança da SWAPO, realizou visita ao Brasil em março de 1987, ocasião em que foi recebido pelo então Presidente José Sarney. Dois anos depois, o Brasil abriu Escritório de Observação em Windhoek, capital da Namíbia. No âmbito das Nações Unidas, o Brasil apoiou o processo negociador que levou à independência da Namíbia.

Com a independência do país, em 1990, as relações bilaterais iniciaram-se formalmente, por meio da criação da Embaixada brasileira na Namíbia e da visita oficial do Presidente Fernando Collor a Windhoek, no ano seguinte. Ao longo da década de 1990, a relação entre os dois países adensou-se com a assinatura do Acordo de Cooperação Naval, em 1994, e do Acordo Básico de Cooperação Técnica, em março de 1995, no contexto da Reunião da Comissão Mista, que se realizou em Brasília e contou com a presença do Ministro de Negócios Estrangeiros namibiano, Theo Ben-Gurirab. Ainda em 1995, o Presidente Sam Nujoma realizou visita ao Brasil, ocasião em que manteve compromissos oficiais em Brasília, São Paulo, Salvador e Rio de Janeiro. Quatro anos depois, o Presidente Sam Nujoma voltou a realizar viagem oficial a Brasília.

A década de 2000 também representou momento de fortalecimento da relação bilateral. Em 2003, além da abertura da Embaixada da Namíbia em Brasília, ocorreram duas visitas oficiais à Windhoek: em maio, do Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim e, em novembro, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Desde então, as relações bilaterais têm se aprofundado, inclusive na área comercial. Em junho de 2004, o Presidente Sam Nujoma esteve novamente no Brasil, acompanhado de delegação empresarial e de altas autoridades do Governo, entre as quais o então Ministro das Terras, Reassentamento e Reabilitação, Hifikepunye Pohamba.

Logo após sua eleição em 2004, o Presidente Pohamba afirmou que esperava que o relacionamento com o Brasil fosse aprofundado não só a nível político, mas também – e principalmente – no âmbito econômico-comercial. Em março de 2005, o então Vice-Presidente José Alencar realizou visita à Namíbia, por ocasião da posse de Pohamba. Em setembro de 2008, o Ministro das Relações Exteriores, Marco Hausiku, visitou o Brasil. No ano seguinte, o Presidente Hifikepunye Pohamba também realizou visita ao Brasil.

Em julho de 2011, o então Chanceler Antonio Patriota esteve em Windhoek, ocasião em que foram passados em revista os principais temas da relação bilateral,

além de estendido convite ao Chanceler Utoni Nujoma para realizar visita ao Brasil. Este realizou visita oficial ao Brasil no dia 30 de maio de 2012, ocasião em que manteve encontros com o Ministro da Defesa, Celso Amorim, com o Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, bem como com o Ministro da Pesca e Aquicultura, Marcelo Crivella. Entre os principais temas abordados durante os encontros, podem ser destacados a cooperação naval e o apoio brasileiro ao levantamento da plataforma continental namibiana; a atuação da Petrobras e da HRT na Namíbia e a expectativa de que a presença brasileira no país possa ser estendida para setores como mineração, beneficiamento de diamantes e a modernização do porto de Walvis Bay. O Ministro Nujoma transmitiu, ademais, convite do Presidente Pohamba à Presidenta Dilma Rousseff, para realizar visita à Namíbia oportunamente.

Em outubro/2012, o Ministro da Defesa da Namíbia, Charles Namoloh, realizou visita de trabalho ao Ministro Celso Amorim, que retribuiu a visita em fevereiro de 2013.

Comércio Bilateral

Entre 2009 e 2013, o intercâmbio comercial brasileiro com o país reduziu-se em 54,3%, de US\$ 52,4 milhões para US\$ 23,9 milhões. Nesse período, as exportações caíram 54,4% e as importações aumentaram 1,396,2%. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o período, registrou superávit de US\$ 23,9 milhões em 2013.

Registre-se, nesse contexto, que o comércio exterior da Namíbia apresentou, em 2012, crescimento de 32,8% em relação a 2008, de US\$ 9,4 bilhões para US\$ 12,5 bilhões. No ranking da UN/UNCTAD de 2012, o país figurou como o 115º mercado mundial, sendo o 103º exportador e o 116º importador. O saldo da balança comercial apresentou-se superavitário em 2008 e deficitário no resto do período em análise (2009-2012, portanto), totalizando saldo negativo de US\$ 1,76 bilhão em 2012.

As vendas do país são direcionadas em grande parte aos vizinhos africanos, que absorveram 41% do total em 2012; seguidos da União Europeia com 35%, do continente americano com 8% e da Ásia com 7%. Individualmente, a África do Sul foi o principal destino das vendas da Namíbia com 17,4% do total em 2012. Seguiram-se: Reino Unido (11,7%); Angola (9,3%); Bélgica (8,2%); Botsuana (6,8%) e Canadá (4,0%).

O Brasil posicionou-se no 59º lugar entre os compradores da Namíbia, com 0,01% do total. Os produtos manufaturados somaram 74,6% da pauta de importações em 2013, representados, sobretudo, por máquinas e objetos de arte. Os básicos posicionaram-se em seguida com 25,4% (plantas para a indústria de cosméticos e medicinal).

Os vizinhos africanos são também os principais abastecedores do mercado da Namíbia. Em 2012, somaram 75% do total, seguidos da União Europeia com 8% e da

Ásia com 6%. Individualmente, a África do Sul foi também o principal fornecedor de bens à Namíbia, com 69,7% do total. Seguiram-se: Suíça (6,0%); China (4,0%); Reino Unido (2,4%); e Alemanha (2,0%).

O Brasil posicionou-se no 26º lugar entre os fornecedores do mercado da Namíbia com 0,2% do total. As exportações brasileiras para a Namíbia são compostas, em sua maior parte, por produtos manufaturados que representaram 88,8% do total em 2013, com destaque para móveis, vestuário e máquinas. Os básicos posicionaram-se em seguida com 10,3% (carnes e cereais) e os semimanufaturados, com 0,8%.

Investimentos

Rica em recursos naturais, a Namíbia detém grandes depósitos de diamantes, com a maior média de valor por quilate do mundo. Estima-se que sua indústria de mineração poderá crescer até atingir a marca de US\$ 1,89 bilhão em 2015. Seus principais parceiros comerciais são o Reino Unido e a África do Sul. China, Rússia e Índia têm expandido seus investimentos no país, buscando assegurar acesso aos seus recursos naturais.

Recentemente, o país descobriu imensos aquíferos, situados entre 280 e 350 metros de profundidade, mudando radicalmente a visão do local, até então considerado um dos países mais áridos do mundo. Com a descoberta, o Governo local planeja atrair investimentos estrangeiros para a construção de unidades de tratamento, para projetos de irrigação e para a compra de equipamentos e de maquinário.

Durante o evento “Namíbia International Investment Forum” (Windhoek, 29 e 30 de novembro de 2011), o Presidente da Namíbia, Sr. Hifikepunye Pohamba, enumerou os vários campos que, ao lado dos tradicionais setores do turismo, da agricultura e da mineração, se abrem aos investimentos externos: “as novas fronteiras são os serviços, a construção de estradas, a modernização das telecomunicações, a geração de eletricidade, a mineração do urânio, o gás e os hidrocarbonetos”. As empresas brasileiras HRT, PETROBRAS e QUEIROZ GALVÃO participaram do referido fórum. A promoção de investimentos estrangeiros também tem sido considerada pelo Ministério da Indústria e Comércio da Namíbia como essencial para o desenvolvimento do país.

A Agência de Promoção de Investimentos da Namíbia – Namibia Investment Centre (NIC) – manifestou interesse em assinar, com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX-BRASIL), Memorando de Entendimento para a cooperação entre as duas agências, a fim de estimular a promoção dos investimentos nos dois países.

Em março de 2014, representante da Air Namibia informou o interesse em estabelecer, em futuro próximo, voo ligando Windhoek ao Rio de Janeiro. A Air Namíbia é investidora direta no projeto do Corredor de Walvis Bay, que visa à

modernização da estrutura portuária e de escoamento de mercadorias daquele porto atlântico, de modo a fazê-lo um "hub" para a África Austral, o que reforçaria uma decisão a favor de estabelecimento de voos para o Brasil, em detrimento de rota alternativa, para a China. Além disso, a empresa tem interesse em obter financiamento brasileiro para aquisição de aeronaves da Embraer.

Empresas brasileiras na Namíbia

COWAN PETRÓLEO E GÁS - A empresa, subsidiária do Grupo mineiro Cowan, investiu US\$ 20 milhões na exploração de dois blocos petrolíferos (área de 11.200 km²) na Bacia de Luderitz, no pré-sal da Namíbia, no biênio de 2010-2011. Com 85% de participação na operação dos blocos, em consórcio com a NAMCOR (empresa estatal da Namíbia), a COWAN está realizando, desde o primeiro trimestre de 2012, extenso programa de sísmica 2D e 3D nesses blocos.

HRT PARTICIPAÇÕES EM PETRÓLEO S.A. - A aquisição de ativos no país tornou a HRT a maior detentora de áreas sob concessão offshore, com 12 blocos de exploração que abrangem uma extensão de 68.800 km². A companhia desenvolve, atualmente, o maior levantamento de sísmica 3D já executado na costa oeste africana, cobrindo aproximadamente 10 mil km² em prospectos já mapeados em sísmica 2D. Em setembro de 2013, a empresa anunciou que sua terceira perfuração resultou em poço seco. O CEO da empresa brasileira assegurou que os resultados desfavoráveis não abalariam convicção na existência de reservas de petróleo e gás nas águas costeiras da Namíbia.

PETROBRAS - Em julho de 2012, a PETROBRAS inaugurou seu escritório em Windhoek. Segundo a PETROBRAS, o offshore da Namíbia apresenta similaridades geológicas importantes com o brasileiro, o que motiva a empresa a investir no país.

Em consonância com a estratégia de buscar oportunidades em águas profundas e ultraprofundas no oeste da África, a PETROBRAS adquiriu 30% de participação na exploração do bloco 2714A, no mar do sul da Namíbia. A BP tem 45% e a ENIGMA, operadora do bloco, os 25% restantes. O bloco está situado na bacia costeira do sudoeste da África, entre as sub-bacias de Orange e Luderitz, a uma distância média de 80 km da costa. O compromisso de trabalho assumido pela PETROBRAS foi de realizar estudos geológicos e geofísicos que permitam a modelagem do sistema petrolífero da área, com opção de saída antes de perfurar um poço.

O início das atividades na Namíbia aconteceu em 2009, com um programa de sísmicas 3D em bloco offshore, em águas que variam de 150 a 1.500 metros de profundidade. Foi realizado um programa de sísmica 3D, em uma área de 2.500 km².

A perfuração do poço exploratório Kabeljou-01 foi concluída em 15 de setembro de 2012 e as primeiras avaliações indicam a ausência de acumulação comercial de hidrocarbonetos.

Em fevereiro de 2014, a empresa comunicou que devolverá ao Ministério de Minas e Energia os direitos sobre o bloco 2714A. Com base em considerações técnicas, a empresa avaliou o bloco como de altíssimo risco. Nova perfuração teria o custo de, ao menos, US\$ 100 milhões. A empresa ressaltou, contudo, que a perspectiva de haver petróleo sob as águas territoriais da Namíbia não está descartada, o que justificou a permanência de escritório da empresa no país por pelo menos mais um ano, com o propósito de monitorar a movimentação local do mercado de hidrocarbonetos, bom como o ingresso de novas empresas, potencialmente exploradoras do aguardado petróleo namibiano.

Registre-se, por fim, em junho de 2013, a subsidiária "Petrobras International Braspetro B.V" e o BTG Pactual celebraram acordo para formação de joint venture (na proporção 50% cada), para exploração e produção de óleo e gás na África ("E&P"), o que inclui a Namíbia.

QUEIROZ GALVÃO - A empresa tem escritório em Windhoek. Atualmente, há três processos licitatórios priorizados pela construtora, todos referentes à participação em vultosos empreendimentos:

- a) a construção, no norte do país, da represa de Neckartal;
- b) a construção da Ferrovia Transkalahari, que ligará Botsuana ao litoral da Namíbia;
- c) o projeto de infraestrutura do complexo portuário de Walvis Bay, no sul do país.

OAS - A construtora brasileira participou de processo de licitação do projeto do novo Terminal de Containers do Porto de Walvis Bay. O valor total do projeto seria de US\$ 550 milhões e a construtora contaria com financiamento do BNDES de US\$ 383 milhões. Em agosto de 2013, contudo, a empresa, bem como outras seis empresas e/ou consórcios de diferentes nacionalidades (Bélgica, China, França, Grécia, África do Sul e Namíbia), foram eliminadas da concorrência, após as etapas de qualificação e de avaliação técnica. Restou, para avaliação comercial e financeira, a proposta da "China Harbour Engineering Company Limited".

Empresas namibianas no Brasil

WALVIS BAY CORRIDOR GROUP - grupo especializado em manuseio de cargas, logística e serviços de transportes, anunciou a abertura de escritório de representação no Brasil no primeiro semestre de 2012. Segundo a empresa, a rota entre portos brasileiros e WALVIS BAY oferece o melhor custo-benefício no que concerne ao tempo de viagem e às facilidades logísticas.

A empresa realizou visita a Brasília, em abril de 2013, com o objetivo de realizar gestões junto às autoridades brasileiras para estabelecer "direct call" entre os portos de Santos e de Walvis Bay.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registro de empréstimos ou financiamentos oficiais entre Brasil e Namíbia.

Defesa

A cooperação em defesa com a Namíbia, cujo principal motor é o setor naval, é respaldada pelo Acordo de cooperação em matéria de defesa, assinado em 2009 e em vigor internacional desde agosto de 2011.

Além de frequentes trocas de visitas de alto nível (o então Ministro da Defesa da Namíbia, Charles Namoloh, visitou o Brasil em 2012, e o Ministro da Defesa, Embaixador Celso Amorim, retribuiu a visita em fevereiro de 2013), mecanismos como o Grupo de Trabalho Bilateral em Defesa refletem a atenção especial conferida a esse tema por ambos os países.

Estabelecido por ocasião da visita ao Brasil, em 2012, do então Ministro da Defesa da Namíbia, o Grupo de Trabalho Bilateral em Defesa busca "assegurar o acompanhamento abrangente da cooperação no âmbito das diversas Forças", conforme a Declaração Conjunta dos Ministros da Defesa de outubro de 2012.

Cooperação Naval - A cooperação naval foi iniciada em 1994, quando da devolução de Walvis Bay à Namíbia. Na ocasião, o primeiro navio a atracar no porto restituído pela África do Sul foi a Fragata brasileira "Niterói". Ainda naquele ano, foi criada a Missão Naval do Brasil na Namíbia, instituição que vem aprofundando o conhecimento mútuo das Marinhas de ambos os países. Ademais, foi assinado, em 1994, Acordo de Cooperação Naval entre os dois países, renovado em 2001. O objetivo do acordo é o de criar e fortalecer a Força Naval da Namíbia, por meio de formação e treinamento de pessoal militar, fornecimento de equipamentos e serviços, e estabelecimento de estrutura de cooperação.

De 2001 a 2011, 1179 militares namibianos (90% do efetivo da Marinha) foram formados em escolas brasileiras, o que representa o maior contingente de oficiais estrangeiros capacitados no país. Com apoio de instrutores brasileiros, o Curso de formação de Marinheiros na Base de Walvis Bay tem formado, desde 2011, cerca de 50 militares namibianos por ano.

Plataforma continental - Ainda no âmbito da cooperação naval, o Brasil, por meio da EMGEPRON, ajudou na coleta de dados da plataforma continental da Namíbia e na elaboração do Relatório de Submissão às Nações Unidas apresentado por aquele país, em 2009, à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC). O Governo namibiano tem solicitado a continuidade da cooperação nessa área, especialmente com relação ao apoio do Brasil na preparação de resposta a eventuais questionamentos feitos pela CLPC quando da análise do Relatório namibiano. Ademais, o país tem interesse na formação e capacitação em cursos no Brasil de técnicos especializados no assunto.

Doação de produtos de defesa e indústria de defesa - Em 2004, o Brasil doou à Marinha da Namíbia a Corveta "Purus", rebatizada "NS Lt-Gen Dimo Hammambo", e forneceu apoio logístico, assistência técnica e treinamento a toda a tripulação. No mesmo ano, foi assinado Acordo para o fornecimento de um Navio-Patrolha de 200 toneladas e duas Lanchas-Patrolha, o que resultou na entrega oficial à Marinha da Namíbia, em 2009, do Navio Patrulha "Brendan Sinbwaye", da classe Grajaú, construído pela Indústria Naval do Ceará (INACE), e de duas Lanchas de Patrulha da classe Marlim. O treinamento de marinheiros e oficiais da Marinha da Namíbia e o fornecimento de navios-patrolha constituem parte dos esforços brasileiros de capacitação dos países da costa atlântica da África para combaterem atividades ilegais em suas águas jurisdicionais.

Durante visita a Windhoek em fevereiro de 2013, o Ministro da Defesa, Embaixador Celso Amorim, comentou que o Brasil poderia fornecer navios-patrolha de 500 toneladas ou mais a Namíbia. Apesar dessa oferta e da proximidade entre as Marinhas brasileira e namibiana, a Namíbia adquiriu dezenove embarcações militares de pequeno porte, encomendadas às empresas KND Naval Design e Veecraft Marine, ambas sediadas na Cidade do Cabo. A Marinha da Namíbia teria manifestado preferência por dispor de várias embarcações menores e ágeis, em desfavor de barcos-patrolha mais pesados e onerosos.

Autoridades do Governo namibiano têm sinalizado a importância da diversificação de parcerias na área de defesa. Em setembro de 2012, foi oficializado o ingresso na Marinha da Namíbia de navio de transporte multimeios de fabricação chinesa. Batizado de Elephant e considerado de última geração, cujas 2500 toneladas seriam capazes de transportar mais de 150 tripulantes e seis veículos blindados armados de até 12 toneladas cada, o navio dispõe de duas metralhadoras de 14,5 milímetros, com cano duplo, e de um canhão de 37 milímetros, além de plataforma para pouso de helicópteros. Em entrevistas concedidas à época da aquisição, a então Ministra-Adjunta da Defesa, Lempy Lucas, assinalou que a Namíbia deverá fortalecer o relacionamento comercial e bilateral com a Marinha chinesa.

Em encontro com o seu homólogo em Brasília, em outubro de 2012, o Ministro Celso Amorim salientou a disposição brasileira para cooperar no adestramento e manutenção do Elephant, o que vem ocorrendo desde então. Cumpre ressaltar o risco de que haja divisão de tarefas entre os principais parceiros da Namíbia. Nessa hipótese, os programas de formação e treinamento continuariam a ser oferecidos pelo Brasil, ao passo que as relações comerciais no campo da defesa tenderiam a aprofundar-se com a China.

Por fim, cumpre ressaltar, ainda na área de produtos de defesa, o interesse manifestado pelo então Ministro da Defesa namibiano, Charles Namoloh, por ocasião de sua visita oficial a Brasília, em outubro de 2012, em adquirir aeronaves A-29 Super Tucano da Embraer, além de veículos militares blindados e sistemas de comunicação e monitoramento. O Brasil tem reiterado que eventuais aquisições seriam complementadas por treinamento para utilização dos equipamentos, bem

como por apoio logístico e assistência técnica, tal como foi feito no caso dos Navios-Patrolha.

Exército e Aeronáutica - No que se refere à formação de militares do Exército e da Aeronáutica, o Ministro da Defesa, Embaixador Celso Amorim, estendeu convite ao seu homólogo, em visita a Brasília em 2012, para conhecer o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), no Rio de Janeiro, onde são oferecidos cursos inclusive a estrangeiros. Ademais, o Ministério da Defesa do Brasil tem sugerido a área de saúde militar como prioritária para a realização de cursos de capacitação e de trocas de informação. O foco da cooperação seria em áreas como doenças tropicais e combate ao HIV/AIDS.

Queda da aeronave Embraer 190 - O Comando da equipe do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (CENIPA) da Força Aérea Brasileira participou da comissão que apurou as razões da queda da aeronave Embraer 190, usada pela companhia moçambicana "LAM" no trajeto Maputo-Luanda, ao sobrevoar área florestal do território namibiano, em novembro 2013.

Outros temas de cooperação

A visita do Presidente Luís Inácio Lula da Silva à Namíbia, em novembro de 2003, constituiu um marco para a cooperação técnica bilateral. Na ocasião, firmaram-se oito instrumentos de cooperação, nas áreas de agricultura, desenvolvimento urbano, esportes, pesquisa mineral, educação, saúde e cultura. Nos últimos anos, missões foram realizadas de parte a parte, com resultados parciais encorajadores. Não obstante, alguns contatos foram descontinuados em virtude de dificuldades de agenda, com adiamentos *sine die* de novas missões destinadas a implementar diversos projetos e ações concebidas nos encontros prévios.

Nesse cenário, a II Reunião da Comissão Mista Brasil-Namíbia realizada em 11 e 12 de julho de 2011, constituiu ocasião ideal para proporcionar novo estímulo à cooperação.

Agricultura - Em 2006 executou-se projeto intitulado “Assistência à Produção de Frutas Subtropicais e Leguminosas”, que tinha por objetivo fomentar a capacidade de geração e adaptação de tecnologias direcionadas ao desenvolvimento da cultura de frutas subtropicais e da produção de leguminosas para o consumo humano e animal. Desde o ano de 2009 o Governo namibiano vem solicitando uma segunda etapa do projeto de frutas subtropicais e leguminosas. Conforme acordado na Comista de julho de 2011, a ABC aguarda a definição do Ministério da Agricultura da Namíbia, quanto ao escopo do novo projeto.

Ademais, registra-se o interesse namibiano de integrar o Programa "Mais Alimentos África". No entanto, o programa encontra-se em fase de reestruturação quanto aos mecanismos de financiamento para a aquisição de máquinas e

implementos agrícolas. Dessa forma, não existe previsão para a retomada das negociações com novos Governos interessados.

Desenvolvimento Urbano e Gerenciamento de Resíduos Sólidos - O Ajuste complementar relativo ao Desenvolvimento Urbano da Namíbia deu origem a projetos de cooperação nos setores de: construção de moradias para população de baixa renda, inclusive formulação de políticas habitacionais correspondentes; e de gerenciamento de resíduos sólidos. Os projetos, coordenados pela ABC e executados pela Caixa Econômica Federal, desenvolveram-se com notável dinamismo, através de cursos, palestras, apresentações e trabalhos de campo, reunindo equipes do Brasil e da Namíbia.

Atualmente, encontra-se em execução projeto intitulado "Gestão de Resíduos Sólidos na Namíbia", celebrado no segundo semestre de 2011. Seu início efetivo ocorreu no primeiro semestre de 2012, quando se realizou missão de professores da UFRJ, instituição executora brasileira, à Namíbia. Outra atividade de capacitação foi executada ainda em 2012, no Rio de Janeiro, para apresentar o funcionamento do processo de coleta seletiva e de reciclagem de resíduos sólidos, em recicladoras e aterros sanitários no Brasil. Em 2013, a ABC contatou o Governo local para realizar nova atividade no âmbito do projeto, sem nenhuma reação pelo lado namibiano. Tendo em vista a falta de resposta e também os atuais cortes orçamentários da ABC, nenhuma atividade foi planejada para ocorrer em 2014.

Celebrado na mesma época, o projeto na área de Desenvolvimento Urbano, com execução a cargo da Caixa Econômica Federal, não chegou a ser iniciado. Ao longo do ano de 2013, o Governo namibiano foi contatado em duas oportunidades a fim de que fosse definida a realização de atividade do projeto, não tendo se manifestado a respeito do assunto. A última cobrança data de janeiro de 2014. Como mais uma vez não houve reação por parte do Governo local, o projeto foi cancelado diante da falta de interesse.

Educação - O país faz parte dos Programas Estudantes – Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG). No âmbito do PEC-G, de 2000 a 2014, o Brasil selecionou apenas 2 estudantes oriundos da Namíbia. No PEC-PG, foram selecionados também 2 estudantes no mesmo período.

Encontra-se vigente, desde 2003, Protocolo de Intenções Sobre Cooperação Educacional, que prevê, além da participação do país no PEC-G, a transferência de metodologias brasileiras para evitar evasão escolar, o intercâmbio de experiências na área de educação à distância, o apoio à formação de professores, entre outros.

Por ocasião da II Reunião da Comissão Mista, foram assumidos os compromissos de: a) cooperar em setores como desenvolvimento de currículos, garantia de qualidade, e financiamento e acesso ao nível superior; e b) promover o contato de instituições de pesquisa e desenvolvimento dos dois países, mediante mobilidade acadêmica.

Difusão da Língua Portuguesa - Há uma grande demanda por estudos da língua, não apenas pela proximidade deste país com Angola, como também pela atração exercida pelo Brasil na comunidade empresarial local. A procura tende a fazer aumentar a oferta de cursos.

O Brasil avalia a possibilidade de abrir um Centro de Estudos Brasileiros em Windhoek para difundir o uso da Língua Portuguesa e expandir o número de estudantes em intercâmbio com instituições de ensino do Brasil, uma vez que o domínio da língua representa um dos maiores obstáculos para essa ampliação.

Transportes Aéreos - Em março de 2014, a gerente da Air Namibia comunicou à Embaixada brasileira em Windhoek o interesse da Air Namíbia, empresa estatal, de estabelecer, em futuro próximo, voo ligando Windhoek capital ao Rio de Janeiro.

Assuntos Consulares

O número de brasileiros residentes na Namíbia é estimado em 160 e todos se encontram em situação migratória regular. Não existem detentos na jurisdição do posto. A média diária de atendimentos consulares é de 20 atendidos, entre brasileiros e estrangeiros.

A comunidade não apresenta muitas demandas. O atendimento consular não é objeto de críticas, e as principais necessidades dizem respeito a maior facilidade em obter informações sobre o processo de votação nas eleições e pendências com a Receita Federal do Brasil (regularização de CPF e declaração do Imposto de Renda); maior apoio para obtenção de vistos permanentes ou residência (informações em português, negociação de critérios mais simples para obtenção dos vistos); execução de projetos que auxiliem os brasileiros a obter emprego.

POLÍTICA INTERNA

A normalidade democrática e a hegemonia da SWAPO na política namibiana resultam em larga medida da condução do processo de libertação do país.

Desde sua independência, em março de 1990, a Namíbia constitui-se como uma sólida democracia, fundada no Estado de Direito, dotada de todas as instituições necessárias para assegurar a boa governança. Pratica-se o pluripartidarismo e eleições diretas presidenciais, parlamentares e provinciais são realizadas regularmente a cada cinco anos. O Poder Judiciário opera com independência e o Ministério Público exerce efetivo e permanente controle sobre as ações de governo e as finanças públicas. A Comissão Anti-Corrupção tem atuado para preservar um ambiente de respeito ao bem público e favorece a formação de um bom clima de negócios.

A Namíbia encontra-se também comprometida com a liberdade de mercado, o respeito à propriedade e o estímulo à iniciativa privada. Projeto de reforma agrária elaborado desde os anos 90 exclui a expropriação arbitrária de terras. Ao mesmo tempo em que busca criar mecanismos de promoção de populações historicamente desfavorecidas, o governo tem evitado adotar medidas que gerem confrontação social. Ressalte-se também que há plena liberdade de expressão, que se traduz numa imprensa livre e opinativa.

Ainda que consagre o multipartidarismo, o país tem sido governado ininterruptamente, desde a independência, pela *South Western Africa People's Organization* (SWAPO), caracterizada como partido dominante, detentor de mais de 2/3 dos assentos na Assembleia Nacional. A oposição limita-se a nove pequenos partidos - cinco dos quais com representação no Parlamento. Esta circunstância faz com que o sistema político namibiano seja, na prática, um regime de partido único. A manutenção de uma estrutura centralizada, baseada na autoridade histórica de líderes como Sam Nujoma, de Hifikepunye Pohamba, Theo Ben-Gurirab e Hage Geingob, tem a vantagem de assegurar grande estabilidade política no país.

O país destaca-se por figurar entre os principais investidores de todo o continente na área social, e por seus notórios esforços de combate à corrupção. Cerca de 30% do orçamento nacional é destinado à área social, especialmente educação e saúde. Dados do Banco Mundial de 2009 indicam que 13,1% da população entre 15-49 anos de idade seja portadora do vírus HIV, cujo índice de prevalência vem caindo desde 2008. No relatório de 2010 da Transparência Internacional, o país obteve o sexto melhor índice de combate à corrupção na África (atrás apenas de Botsuana, Maurício, Cabo Verde, Seicheles e África do Sul). Conforme o relatório dos Repórteres sem Fronteiras de 2011, a Namíbia é o segundo país africano que mais respeita a liberdade de imprensa, ficando atrás apenas de Cabo Verde e empatando com a Bélgica.

Sam Nujoma permaneceu quinze anos na Presidência da Namíbia, tendo cumprido três mandatos sucessivos como Presidente. Goza de extrema popularidade. Em 2005, recebeu o título oficial de Pai Fundador da Nação Namibiana. Sua administração foi norteadada pela busca da reconciliação nacional, redução da pobreza, resolução da questão da reforma agrária, diversificação da economia e pelo combate à pandemia do HIV/AIDS.

No final de 2003, Nujoma anunciou que não iria concorrer a um quarto mandato. Assim, em novembro de 2004, Hifikepunye Pohamba foi eleito Presidente da República. O fato não constituiu surpresa, uma vez que Pohamba ocupava a vice-presidência da SWAPO e sempre foi confiável parceiro de Sam Nujoma durante a luta pela libertação do país. Embora analistas vejam estilos de liderança distintos, os laços entre Pohamba e Nujoma favoreceram uma transição suave e estável, possibilitando ao “pai da nação” uma saída gradual da cena política.

Eleito em novembro de 2004, com 76,4% dos votos, e empossado em março de 2005, Hifikepunye L. Pohamba mantém, em linhas gerais, as prioridades da administração anterior. Em seu discurso de posse, comprometeu-se a preservar o

legado de Nujoma e a complementá-lo, reforçando políticas de tolerância zero contra a corrupção; de crescimento econômico sustentável; de desenvolvimento social e de combate ao HIV/AIDS. Defende o aumento da produtividade e da eficiência no serviço público, e maior treinamento dos trabalhadores como pré-requisito para que a economia cresça e alcance os objetivos de desenvolvimento previstos nos Planos Nacionais de Desenvolvimento e “Visão 2030”.

Hifikepunye Pohamba foi reeleito em 2009, desta feita com 75% dos votos e sob acusação de fraude eleitoral (a Alta Corte da Namíbia concluiu posteriormente não haver evidências de que a condução do pleito tenha influenciado no seu resultado). Pohamba conta ainda com sólida maioria no Parlamento, uma vez que, nas eleições legislativas, a SWAPO obteve 55 dos 72 assentos da Assembléia Nacional, enquanto o maior partido opositorista, o *Congress of Democrats* (CoD), obteve somente cinco cadeiras. A SWAPO controla, ainda, doze das treze regiões administrativas da Namíbia e goza de maioria nos conselhos locais.

O gabinete do segundo mandato deu continuidade ao gabinete anterior, o que revela o cuidado com que Pohamba conduz seu governo, preservando o equilíbrio de forças nas fileiras da SWAPO. Quatorze ministros, inclusive o Primeiro-Ministro Nahas Angula, mantiveram-se em seus postos, enquanto outros cinco foram transferidos para novas posições. Posteriormente, após o V Congresso da Swapo (dezembro/2012), foi feita reestruturação do referido gabinete, a título de preparar a transição para a futura gestão do sucessor de Pohamba. Ademais da ascensão de Hage Geingob – então Ministro de Indústria e Comércio – ao posto de Primeiro-Ministro, outras oito pastas tiveram seus titulares remanejados, dentre as quais as de Relações Exteriores e a de Defesa.

O principal documento estratégico de longo prazo do Governo é o "Vision 2030", adotado em 2004, que enfoca oito temas principais: a desigualdade e o bem estar social; a paz e a estabilidade política; o desenvolvimento de recursos humanos e a construção de capacidade institucional; questões macroeconômicas; população, saúde e desenvolvimento; o setor de recursos naturais; o conhecimento, a informação e a tecnologia e fatores de ambiente externo.

As estratégias de horizonte médio são traçadas nos sucessivos "Planos Nacionais de Desenvolvimento". O II PND (2001-2005) tinha como objetivos prioritários o combate à pobreza, a redução da desigualdade e a promoção da igualdade de gênero. Entre os resultados produzidos durante a sua vigência destacam-se os relativos à distribuição de renda do país – a parcela dos extremamente pobres caiu pela metade nesse período, de 9% para 4%. Além disso, a participação feminina na Assembleia Nacional passou de 9% em 1993 para 27% em 2006, com avanços semelhantes nos âmbitos regional e local, resultados reconhecidos pelo PNUD.

Apesar desses avanços, continua alto o nível de desigualdade social na Namíbia – sobretudo se levado em conta o fato de tratar-se de país considerado de desenvolvimento humano médio, com um PIB per capita entre os maiores da África subsaariana. Estimativas recentes mostram que 5% da população detém mais de

78,7% da renda e que os 7 mil mais ricos gastam tanto quanto os 800 mil mais pobres. Cerca de 90% da população namibiana vive em condições semelhantes aos nacionais dos países africanos de menor desenvolvimento relativo.

Em 2007, o governo Pohamba lançou o III Plano Nacional de Desenvolvimento (2007/8-2011/12), que almeja reduzir a pobreza extrema de 4% para 2% e diminuir o desemprego de 36% para 30% até 2012. O foco consistia no crescimento econômico acelerado por meio da promoção do desenvolvimento rural. O plano procurava, também, identificar maneiras de diminuir a mortalidade infantil e as taxas de declínio da expectativa de vida, de aumentar as taxas de emprego e de combater a existente disparidade sócio-econômica entre as áreas rurais e urbanas. Além disso, o Presidente expressou o desejo de assegurar que os primeiros resultados favoráveis quanto à estabilização das taxas de prevalência do HIV/AIDS sejam sustentados.

Por fim, em 2013, o Presidente lançou o IV Plano Nacional de Desenvolvimento (2012/2013 – 2016/2017), o qual adiciona uma nova dimensão à estratégia de crescimento do país, qual seja, a execução prioritária de estratégias de fomento e monitoramento das metas de desenvolvimento do país. Considerando o crescimento e a estabilidade macroeconômica obtidos pela Namíbia desde o início da adoção de planos nacionais de desenvolvimento, visa-se agora focar na melhora de indicadores sociais, endereçando-se o combate à corrupção, o aprimoramento dos níveis de educação e a melhora na distribuição de renda, entre outros fatores.

Em decorrência dos elevados índices de incidência da AIDS na Namíbia, a expectativa de vida da população sofreu declínio ao longo da década de 1990. Passou de quase 61 anos, em 1990, para 57 anos, em 2000. A partir de então, a expectativa de vida voltou a crescer consistentemente, refletindo a diminuição do índice de prevalência da AIDS no país. Segundo dados do PNUD, a expectativa de vida passou de 58,7 anos, em 2005, para 62,5, em 2011, enquanto o índice de prevalência da AIDS, conforme dados do Banco Mundial, diminuiu de 15,7% da população em 2005 para 13,7% em 2008 e 13,1% em 2009.

Do ponto de vista socioeconômico, juntamente com o problema da AIDS, a questão agrária tem constituído ameaça à estabilidade. Trata-se de desequilíbrio estrutural herdado do colonialismo – cerca de 4 mil fazendeiros detêm fazendas comerciais cujas terras equivalem, em extensão, à área de propriedades comunais administradas por 150 mil famílias. O programa de reforma agrária segue o princípio de “*willing-buyer, willing-seller*”, que prevê a compra de fazendas comerciais de brancos, sua divisão em unidades menores e posterior distribuição entre a população rural negra. A meta é adquirir cerca de 15 milhões de hectares de fazendas comerciais, a fim de assentar 26.727 famílias, até 2020. O programa de reforma agrária, um dos principais pilares da política social, avança em ritmo lento. Windhoek tem-se empenhado em evitar uma radicalização semelhante à ocorrida no Zimbábue.

A reeleição de Hage Geigob à Vice-Presidência da SWAPO – ele já havia sido alçado ao posto em 2007 -, em 2012, lhe valeu a indicação para o cargo de Primeiro-Ministro da Namíbia, o posicionando como virtual pré-candidato da SWAPO à

sucessão de Hifikepunye Pohamba, nas eleições de 2014. Trata-se de um de seus mais qualificados quadros, favorável a uma maior integração da Namíbia ao mercado mundial, aos investimentos estrangeiros e à redução de barreiras burocráticas.

ECONOMIA

A economia do país é, em boa medida, dependente da extração e do processamento de minerais para exportação. Cerca de 20% do PIB e de 50% das divisas recebidas pela Namíbia são decorrentes dessa atividade. O país é um dos principais produtores mundiais de diamante de aluvião, cuja média de valor por quilate é a maior do mundo; é o quarto maior produtor de urânio (responsável por cerca de 8% da oferta mundial do metal); extrai zinco em grandes quantidades e, em menor escala, outros metais como cobre e ouro. A variação dos preços internacionais desses minérios e a perspectiva de exploração de novas minas, especialmente de urânio, são fatores determinantes para a evolução da economia local nos próximos anos.

A exploração de jazidas de urânio apresenta perspectivas particularmente animadoras: desde 2009, o urânio tem disputado com o diamante o primeiro lugar na pauta exportadora namibiana. No total, espera-se que quatro novas minas entrem em operação até 2015, com a projetada criação de oito mil empregos – sendo o novo depósito em Erongo, com potencial de produzir cerca de sete mil toneladas de óxido de urânio por ano, uma das três maiores minas de urânio no mundo.

Dados do Banco Mundial indicam que o PIB namibiano, medido em 2012, foi de US\$ 12,03 bilhões (crescimento de 5% em relação a 2011), com PIB per capita de US\$ 7.900, considerado elevado em comparação com outros países da região. A distribuição de renda namibiana, no entanto, é uma das mais desiguais do mundo, com um coeficiente de Gini, em 2010, de 0,597 (a terceira mais alta do mundo, segundo o Banco Mundial). Sustentado por relativa estabilidade macroeconômica e pela elevação dos preços internacionais dos minérios, o país cresceu a um ritmo constante entre 2003 e 2008. Em 2009, em virtude da crise financeira internacional, o PIB do país sofreu contração de 0,4%, mas, já em 2010, apresentou crescimento de 6,6%, caindo para 5% em 2011, patamar que se manteve em 2012. Atribui-se a saída tranquila da Namíbia da situação de crise econômica às medidas anticíclicas adotadas pelo Governo, que promoveu uma expansão fiscal sem precedentes entre os exercícios fiscais 2008-2009 e 2010-2011. Para o biênio 2013-2014, o Banco Mundial projeta crescimento de 4,2% e de 4,3%, respectivamente.

A composição do PIB do país, por setor, é a seguinte: agricultura, 7,4%; indústria, 31,3%; e serviços, 61,3%. A agricultura local é de subsistência e, apesar da pequena participação no PIB, emprega cerca de 40% da população economicamente ativa do país. A fim de incentivar o desenvolvimento de uma agricultura comercial

competitiva e de coibir o elevado êxodo rural, o Governo namibiano vem desenvolvendo o projeto “*Green Scheme Initiative*”, que, desde outubro de 2004, tem promovido o uso intensivo de irrigação.

A política fiscal do governo deverá ser um dos sustentáculos do crescimento econômico nos próximos anos. Com um pacote de investimentos de quase US\$ 2 bilhões para o período 2011-2014, o governo espera combater a alta taxa de desemprego do país, oficialmente em 51% (analistas do setor privado acreditam haver superdimensionamento dos dados de desemprego), criando aproximadamente 100 mil novos empregos. As autoridades namibianas reconhecem, nesse sentido, que o crescimento econômico do país ainda tem sido insatisfatório para atingir os objetivos do “Vision 2030” de redução significativa da pobreza e de conversão do país numa sociedade industrial. Os maiores entraves para o crescimento econômico acelerado e sustentável parecem ser a pouca diversificação da economia, excessivamente centrada em bens primários, e a ausência de mão-de-obra qualificada.

Em termos de infraestrutura, a principal limitação do país é a oferta de energia, com o resultante encarecimento deste insumo. A Namíbia depende do fornecimento de energia de seus principais vizinhos, em especial África do Sul e Angola, com os quais há projetos de interconexão das linhas de transmissão de energia sendo desenvolvidos. Entretanto, o país vem encontrando dificuldades nas negociações com a África do Sul, Botsuana, a Zâmbia e a República Democrática do Congo para ampliar sua cota de importação de energia elétrica. Ainda em termos de infraestrutura, busca-se a extensão e o aperfeiçoamento das malhas rodoviária e ferroviária e da estrutura portuária, sendo dois os projetos principais: a construção da Ferrovia Transkalahari, que ligará Botsuana ao litoral da Namíbia – atraindo para o litoral atlântico fluxos comerciais que, de outra forma, seriam dirigidos ao porto de Durban, o qual se encontraria próximo à saturação; e o projeto de ampliação do parque de tanques petroleiros no complexo portuário de Walvis Bay.

A política cambial do país é vinculada à sul-africana, mantendo paridade entre o dólar namibiano e o rand sul-africano. A política monetária, por consequência, segue rumos parecidos nos dois países. O acúmulo de pressão de preços empurrou a taxa de inflação anual para 7,2% em dezembro de 2011. O índice refluíu para 5,6% em junho de 2012, mas voltou a subir, para 7,6% em novembro de 2012 (a maior taxa desde agosto de 2009), resultando em uma taxa anual de inflação de 6,5%, índice que deve se manter inalterado em 2013, segundo expectativas de analistas. As principais pressões inflacionárias no país advêm dos preços internacionais de alimentos e petróleo, ademais de repasses provenientes da inflação sul-africana – sendo este país origem da maior parte das importações namibianas.

O país importa boa parte de seus bens de capital de consumo, com destaque para máquinas e equipamentos elétricos (20,8%), equipamento de transporte (15,4%), alimentos e bebidas (14,2%), produtos químicos (13,1%) e petróleo (7,1%), segundo dados de 2009. Como produtos de exportação destacam-se metais, inclusive urânio (19%, em 2009), pescado (18,3%), diamantes (16,9%), zinco refinado e cobre (7,7%).

Embora as exportações do país devam crescer, estimuladas pelo aumento das vendas de urânio, ouro, cobre e cimento, a balança comercial deverá seguir negativa, em razão das importações de bens de capital necessários aos projetos relacionados à mineração.

O déficit na balança comercial é compensado por superávits na conta de serviços, devido, em boa medida, ao turismo receptivo, e nas transferências internacionais, principalmente pelas receitas provenientes da SACU, as quais se espera cresçam nos próximos anos, motivadas pelo aumento das importações. Desse modo, a conta corrente do balanço de pagamentos namibiano é equilibrada, havendo sido registrado superávit de 2,3% do PIB em 2013, o qual deve ser ampliado para 3% em 2014, segundo projeções do African Economic Outlook.

Como economia voltada para a exportação, a Namíbia dispõe de dois principais mecanismos destinados a atrair o Investimento Direto Estrangeiro: o “*Foreign Investment Act*” (implementado em 1990, estabelece igualdade de condições entre investidores locais e estrangeiros) e o Programa de Zonas de Processamento de Exportação (de 1996, oferece benefícios como isenção fiscal, legislação trabalhista flexível, isenção do imposto de importação para a compra de maquinário e insumos básicos e permissão para manter conta corrente em moeda estrangeira nos bancos locais). Os investimentos externos têm se concentrado na área de exploração de minérios: Estados Unidos, Rússia, França, Cazaquistão e Índia possuem acordos com a Namíbia na área de exploração do urânio. O acordo com a Índia, assinado em 2009, prevê a construção de plantas nucleares e a capacitação de mão-de-obra namibiana. Ademais, diante das boas perspectivas em relação ao potencial petrolífero da plataforma marítima namibiana, o país tem recebido investimentos externos na área, inclusive por parte das brasileiras Petrobrás e HRT Oil & Gás Exploration. Também a estatal russa Gazprom, em parceria com a Namcor, firmou acordo para construção de Usina de Gás para gerar 800 megawatts em Walvis Bay, e tem planos para explorar petróleo offshore.

A estabilidade política e a segurança jurídica são os dois grandes diferenciais que fazem da Namíbia um pólo de atração para investimentos estrangeiros. Em vista das particularidades do país, as melhores oportunidades de investimento estariam no campo dos minérios; da construção civil e projetos de engenharia; do processamento da pesca; e da geração de energia. Dependente da importação de energia, a Namíbia tem urgência na promoção de investimentos em fontes alternativas.

POLÍTICA EXTERNA

Um dos traços da política externa namibiana é a continuidade. O governo Pohamba mantém, em larga medida, as diretrizes da diplomacia do Governo Nujoma. Conforme explicitado em seu discurso de posse, o Presidente Pohamba busca preservar não só o legado interno de paz, estabilidade, segurança e reconciliação

nacional deixado pelo seu predecessor, mas também o legado externo de participação construtiva do país nas Nações Unidas, na União Africana, na SACU (da sigla em inglês para União Aduaneira da África Austral) e na SADC (da sigla em inglês para Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral), no Movimento Não-Alinhado e em outros organismos internacionais. O Governo namibiano se opõe energeticamente a toda tentativa de mudança de governo pela força e de alteração das fronteiras reconhecidas pela União Africana.

O Presidente Pohamba aponta os seguintes círculos concêntricos multilaterais em que o país se inscreve: as Nações Unidas, a União Africana, a Commonwealth, o SADC e a SACU.

A política externa namibiana caracteriza-se também por relações estreitas de amizade com países que lhe ajudaram materialmente durante as lutas pela independência tais como Cuba, a China e a Rússia, e por certa retórica anti-ocidental remanescente da luta contra o domínio colonial sul-africano e, como ressonância de um passado mais distante, do domínio alemão.

É também importante vetor da política externa namibiana a promoção do crescimento econômico e do desenvolvimento. A administração Pohamba atribui à diplomacia a função de buscar criar condições externas que facilitem o desenvolvimento.

Outro traço da política externa namibiana é o engajamento com o ideal de paz. O país apóia ativamente iniciativas multilaterais voltadas para estabelecer e garantir a paz regional e internacional. Entre 1999 e 2000, a Namíbia integrou o Conselho de Segurança da ONU e presidiu a 53^a Sessão da Assembleia Geral da ONU. Atualmente, o país tem participação, conquanto modesta, em quatro operações de paz das Nações Unidas no continente africano.

Ressalte-se a preocupação do Governo com a formação e atualização dos quadros diplomáticos. Os namibianos orgulham-se da experiência negociadora internacional acumulada pelos líderes ao longo da luta pela emancipação política do país que hoje compõem os quadros diplomáticos do governo. Anualmente, os chefes de missão diplomática são chamados ao país, a fim de atualizarem-se acerca dos principais projetos e programas nacionais.

União Africana

A Namíbia é tradicional defensora da união continental. O governo namibiano reconhece o apoio da Organização da União Africana (OUA), predecessora da União Africana (UA), na luta pela independência do país.

Em seu discurso de posse, o Presidente Pohamba acentuou que a Namíbia continuará a garantir o êxito da União Africana e de seu programa, a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD). O país manterá seu apoio ao fortalecimento da capacidade da União Africana na prevenção, resolução e gerenciamento de conflitos em todo o continente. Como sintetizou o Presidente “uma Namíbia pacífica necessita de vizinhos pacíficos, de um continente pacífico e de um mundo pacífico”.

SACU e SADC

Como entusiasta da integração regional, a Namíbia tem tido papel de destaque na SACU (da sigla em inglês para União Aduaneira da África Austral) e na SADC (da sigla em inglês para Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral). Como presidente de turno da SADC em 2010-2011, o Presidente Pohamba atuou de forma a enfatizar a cobrança de resultados e do tempestivo cumprimento da agenda comum.

Em 2007, a Namíbia chegou a rubricar Acordo provisório de Parceria Econômica com a União Européia, mas passou posteriormente a considerá-lo lesivo aos interesses nacionais. Em 2010, informou a UE de que não ratificaria o acordo rubricado. No momento, o país resiste à insistência européia em assinar novo Acordo provisório de Parceria Econômica (EPA) – cujo "deadline" era previsto para janeiro de 2014 – sob pena de perder acesso preferencial dos seus produtos ao mercado europeu. As autoridades namibianas argumentam que a assinatura do EPA implicaria concessões em pontos fundamentais da SACU – sobretudo no que diz respeito à proteção de indústrias nascentes - e fragilizaria os esquemas de integração regional da SADC.

Conflitos na África

Em seus principais pronunciamentos de política externa, o Presidente Pohamba salienta que a paz e a segurança no continente são vitais para o desenvolvimento econômico e social.

A Namíbia comunga o entendimento de que se devem buscar soluções africanas para problemas africanos. Acorado neste princípio, o governo condenou a intervenção da OTAN na Líbia e considera que tal intervenção teve efeito direto sobre os desdobramentos no Mali.

A atitude do Governo Pohamba quanto à crise na Líbia traduziu afinidades históricas e instrumentou-se na retórica anti-imperialista. O Presidente Pohamba, em discurso proferido no Dia da Independência (21 de março – poucos dias após a Resolução 1973 do CSNU), afirmou que a Namíbia "deplora e lastima a invasão liderada por alguns países europeus, os Estados Unidos e o Canadá". Apontou que a Namíbia se pauta pela resolução do Conselho de Paz da União Africana segundo a qual "qualquer invasão estrangeira nos assuntos internos de qualquer nação africana deve ser condenada e rejeitada nos mais enérgicos termos".

Segundo entendimento corrente na Chancelaria namibiana, a crise no Zimbábue tem dois pontos principais: a questão agrária e o não indiciamento dos atuais governantes. Conforme tal entendimento, a reforma agrária, embora justa e juridicamente correta, teria sido mal executada. A reação de Mugabe ao financiamento da oposição zimbabuana pelas potências ocidentais teria dado a britânicos e norte-americanos argumentos para ressaltar as violações aos direitos humanos. As sanções econômicas adotadas, a seguir, produziram caos econômico no país.

A Namíbia reconhece e apóia a República Árabe Saaraui Democrática (RASD), como questão de princípio, assim como a Frente Polisário, na condição de movimento de libertação. Mesmo antes da independência, a SWAPO e a Frente Polisário prestavam-se solidariedade mútua. A posição namibiana está, ademais, em consonância com a posição comum da SADC sobre a RASD. Tanto a RASD quanto o Reino do Marrocos mantêm relações diplomáticas com a Namíbia, por meio de embaixadas cumulativas sediadas em Luanda.

África do Sul

As relações com a África do Sul são estreitas, apesar de persistir certa tensão, derivada da excessiva dependência econômica de Windhoek em relação a Pretória.

A África do Sul é o principal parceiro comercial da Namíbia. Representa em torno de 80% das importações namibianas e destino de cerca de 27% das exportações. A África do Sul é também o principal investidor na Namíbia, notadamente nos setores minerador, bancário e de seguros.

A África do Sul exporta metade da energia elétrica e de todo o petróleo consumido pelo povo namibiano. Em 2006, a Namíbia assinou com a *Eskom*, estatal de eletricidade sul-africana, contrato de suprimento de energia sul-africana por quinze anos.

Alguns problemas na demarcação da fronteira, ao longo do rio Orange, chegaram a causar tensão nas relações com Pretória, mas atualmente há projetos de aproveitamento hidrelétrico comum do rio.

Angola

As relações com o Governo de Luanda são consideradas particularmente importantes, refletindo as ligações estreitas entre a SWAPO e o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola). Entre 1976 e 1985, Luanda foi sede do Quartel-General do movimento independentista namibiano. As Forças Armadas da Namíbia, por sua vez, contribuíram para a queda final de Jonas Savimbi.

O Governo namibiano expressa reiteradamente sua disposição de estreitar vínculos com o Governo angolano, considerados estratégicos, de forma a reduzir a dependência econômica da Namíbia em relação à África do Sul. O Governo namibiano tem encorajado o setor privado do país a envolver-se na reconstrução e no processo de industrialização de Angola, particularmente nos campos de mineração, pesca marítima, agricultura, e infraestrutura. Dada a proximidade geográfica, a Namíbia tem sido uma importante rota de suprimentos e de investimentos para o sul de Angola, onde grande parte da população se abastece nos entrepostos na fronteira namibiana.

Em 2011, decisão unilateral de Angola de adotar "moratória parcial" nas importações de produtos namibianos (cimento, produtos alimentícios e veículos usados), sob os argumentos da necessidade de esclarecer pontos relativos à regra de origem e de conter excesso de oferta, gerou desconforto entre os dois países. A

suspensão das importações de cimento, produto que tinha no mercado angolano seu principal destino, foi vista por empresários nacionais e pela *Namibia Manufacturers Association* (NMA) como mera proteção não-tarifária à economia angolana, historicamente deficitária na relação comercial com a Namíbia.

Ambos os países firmaram acordo sobre o uso comum do rio Cunene e projeto de construção de uma usina hidrelétrica na região fronteiriça.

Há cerca de 6.500 refugiados angolanos no norte da Namíbia. Esses refugiados já não seriam considerados refugiados políticos, como alegam, mas econômicos, visto que os conflitos armados no país foram superados há cerca de oito anos. Em verdade, os angolanos "refugiados" na Namíbia resistem à idéia de retornar a Angola, onde sua situação seria ainda mais precária. Os governos da Namíbia e de Angola negociam uma solução para o impasse.

Alemanha

As relações entre a Namíbia e a Alemanha têm caráter especial. Antiga metrópole, a Alemanha ainda se faz presente na língua e em prédios e monumentos construídos pelo país no período colonial. Hoje a Alemanha busca intensificar as relações comerciais e a cooperação para o desenvolvimento com a Namíbia, inclusive por meio de investimentos na infraestrutura social e econômica do país. A Namíbia é o principal beneficiário *per capita* da assistência ao desenvolvimento prestada pela Alemanha ao continente africano. Em 2005, Berlim ofereceu 20 milhões de euros por ano em um período de dez anos, atendendo ao pleito de comunidades namibianas, a título de reparação pelas políticas opressivas adotadas durante a vigência do período colonial.

China

Parceira histórica na época da luta pela independência, a China é, hoje, uma clara prioridade política na agenda namibiana. A presença chinesa no país é considerável; cresceu constantemente nos últimos anos e continua a ampliar-se. Apesar da pouca relevância do mercado namibiano, a China parece atentar para a imagem da Namíbia como parceiro confiável e dotado de expressiva riqueza em recursos minerais. O urânio namibiano, em particular, tem despertado o interesse chinês.

Reforma da ONU

Em seu discurso de posse, o Presidente Pohamba expressou a necessidade do fortalecimento das Nações Unidas para que a organização possa enfrentar os novos desafios e refletir a realidade contemporânea. Afirmou que a Namíbia continuará a apoiar os esforços para a reforma das Nações Unidas, incluindo a reforma do Conselho de Segurança, a fim de que este se torne mais representativo, democrático, legítimo e plenamente capaz de manter a paz e a segurança internacionais. Além disso, reiterou a urgência na reforma das instituições financeiras internacionais, para

que atendam melhor às demandas dos países em desenvolvimento. O Presidente Pohamba defende publicamente o incremento do papel e da autoridade da Assembleia Geral como principal órgão deliberativo e de elaboração de políticas.

Embora tenha manifestado apoio ao pleito brasileiro ao assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, a Namíbia segue a posição da União Africana no que se refere à reforma do Conselho. Em relação ao processo negociador, vê com resistências a proposta de arranjo intermediário, não aceitando ‘assentos de segunda classe’ para a África. O país expressou apoio à candidatura do Brasil a assento permanente no Conselho de Segurança em junho de 2004, por ocasião da visita do então Presidente Sam Nujoma a Brasília.

CRONOLOGIA HISTÓRICA DO PAÍS

1886-90 – Fronteiras internacionais atuais estabelecidas por tratados da Alemanha com Portugal e Reino Unido. A Alemanha anexa o território como África do Sudoeste.
1915 – A África do Sul ocupa o território após a Primeira Grande Guerra.
1920 – A Liga das Nações garante o mandato sul-africano sobre a África do Sudoeste.
1946 – As Nações Unidas não permitem a anexação da África do Sudoeste pela África do Sul. Esta, por sua vez, se recusa a manter aquela sob tutela da ONU.
1958 - Herman Toivo Ya Toivo e outros criam o Congresso Popular Ovamboland, que se torna a South West Africa People's Organisation (SWAPO) em 1960.
1961 – Assembleia Geral das Nações Unidas pede que a África do Sul termine seu mandato e estabelece a independência da África do Sudoeste como meta.
1966 – A SWAPO lança luta armada contra a ocupação sul-africana.
1968 – A África do Sudoeste é oficialmente denominada Namíbia pela Assembleia Geral das Nações Unidas.
1972 – A Assembleia Geral das Nações Unidas reconhecem a SWAPO como único representante legítimo do povo da Namíbia
1988 – A África do Sul concorda com a independência da Namíbia em troca da remoção das tropas cubanas de Angola.
1989 – Realização de eleições para a Assembleia Constituinte da Namíbia supervisionadas pela ONU, com vitória da SWAPO.
Março de 1990 – Namíbia se torna independente, com Sam Nujoma como primeiro presidente.
1994 – Enclave sul-africano de Walvis Bay retorna à Namíbia.
1994 – Nujoma e a SWAPO são reeleitos.
Dezembro de 1999 – Nujoma vence eleições para seu terceiro mandato presidencial.
Novembro de 2004 – Hifikepunye Pohamba, escolhido pelo Presidente Nujoma, vence eleições presidenciais. Ele é empossado em março de 2005.
Setembro de 2005 – Governo inicia desapropriação de terras pertencentes a fazendeiros brancos como parte do programa de reforma agrária.
2009 – Hifikepunye Pohamba é reeleito presidente para mais um mandato.
Dezembro/2012 – Após o V Congresso Ordinário da SWAPO, reforma ministerial eleva Hage Geingob ao posto de Primeiro-Ministro.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1987 – Visita de Dr. Sam Nujoma ao Brasil como líder da SWAPO, quando foi recebido pelo Presidente José Sarney, março.
1989 – Abertura do Escritório de Observação do Governo brasileiro em Windhoek, novembro.
1990 – Criação da Embaixada do Brasil, Decreto nº 99.404, de 19 de julho.
1990 – Apresentação de credenciais do primeiro Embaixador brasileiro em Windhoek (Mario Augusto Santos), novembro de 1990.
1991 – Visita do Presidente Fernando Collor a Windhoek, 13 de setembro.
1994 – Assinatura do Acordo de Cooperação Naval, 4 de março.
1995 – Visita do Ministro de Negócios Estrangeiros, Theo Ben-Gurirab, para Reunião da Comissão Mista, Brasília, 07 de março.
1995 – Assinatura do Acordo Básico de Cooperação Técnica, 7 de março.
1995 – Visita oficial do Presidente Sam Nujoma ao Brasil, (Brasília, São Paulo, Salvador e Rio de Janeiro), 31 de outubro a 3 de novembro.
1999 – Visita de Estado do Presidente Sam Nujoma ao Brasil, Brasília, 28-29 de setembro.
2001 – Assinatura de Acordo sobre Cooperação Naval, 3 de dezembro.
2003 – Visita oficial do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, a Windhoek, 8-9 de maio.
2003 – Abertura da Embaixada da Namíbia em Brasília, outubro.
2003 – Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Windhoek, 6-7 de novembro.
2004 – Visita de trabalho do Presidente Sam Nujoma, São Paulo, 20-22 de junho.
2005 – Visita do Vice Presidente José Alencar a Windhoek para a posse do Presidente Hifikepunye Pohamba, 21 de março.
2008 – Visita oficial do Ministro das Relações Exteriores, Marco Hausiku, Brasília, 17 de setembro.
2009 – Visita oficial do Presidente Hifikepunye Pohamba, em fevereiro.
2009 – Visita do Ministro da Defesa, Nelson Jobim, à Namíbia em junho. Assinatura de Acordo de Cooperação.
2011 – Visita do Ministro Antonio Patriota a Windhoek (julho); realização da II Reunião da Comissão Mista (11-12 de julho)
2012 – Visita do Ministro Utoni Nujoma a Brasília (maio)
2012 – Visita do Ministro da Defesa da Namíbia, Charles Namoloh (outubro)

ATOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DA CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR
Acordo Básico de Cooperação Técnica	07/03/1995	18/09/1998
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional	07/03/1995	18/10/1998
Acordo sobre Cooperação Naval	03/12/2001	11/07/2003
Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa	01/06/2009	Aprovado pelo Congresso Nacional em julho de 2011; aguarda promulgação

Principais indicadores econômicos e dados comerciais

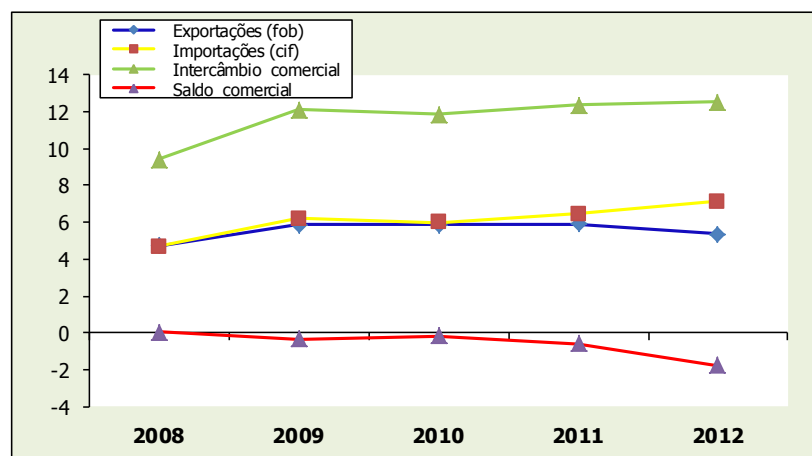
Brasil - Namíbia

Evolução do comércio exterior US\$ bilhões						
Discriminação	2 0 0 8	2 0 0 9	2 0 1 0	2 0 1 1	2 0 1 2 ⁽¹⁾	Var.% 2008-2012
Exportações (fob)	4,73	5,87	5,85	5,90	5,38	13,7%
Importações (cif)	4,69	6,21	5,98	6,46	7,13	52,1%
Intercâmbio comercial	9,42	12,08	11,83	12,36	12,51	32,8%
Saldo comercial	0,04	-0,34	-0,13	-0,56	-1,76	n.c.

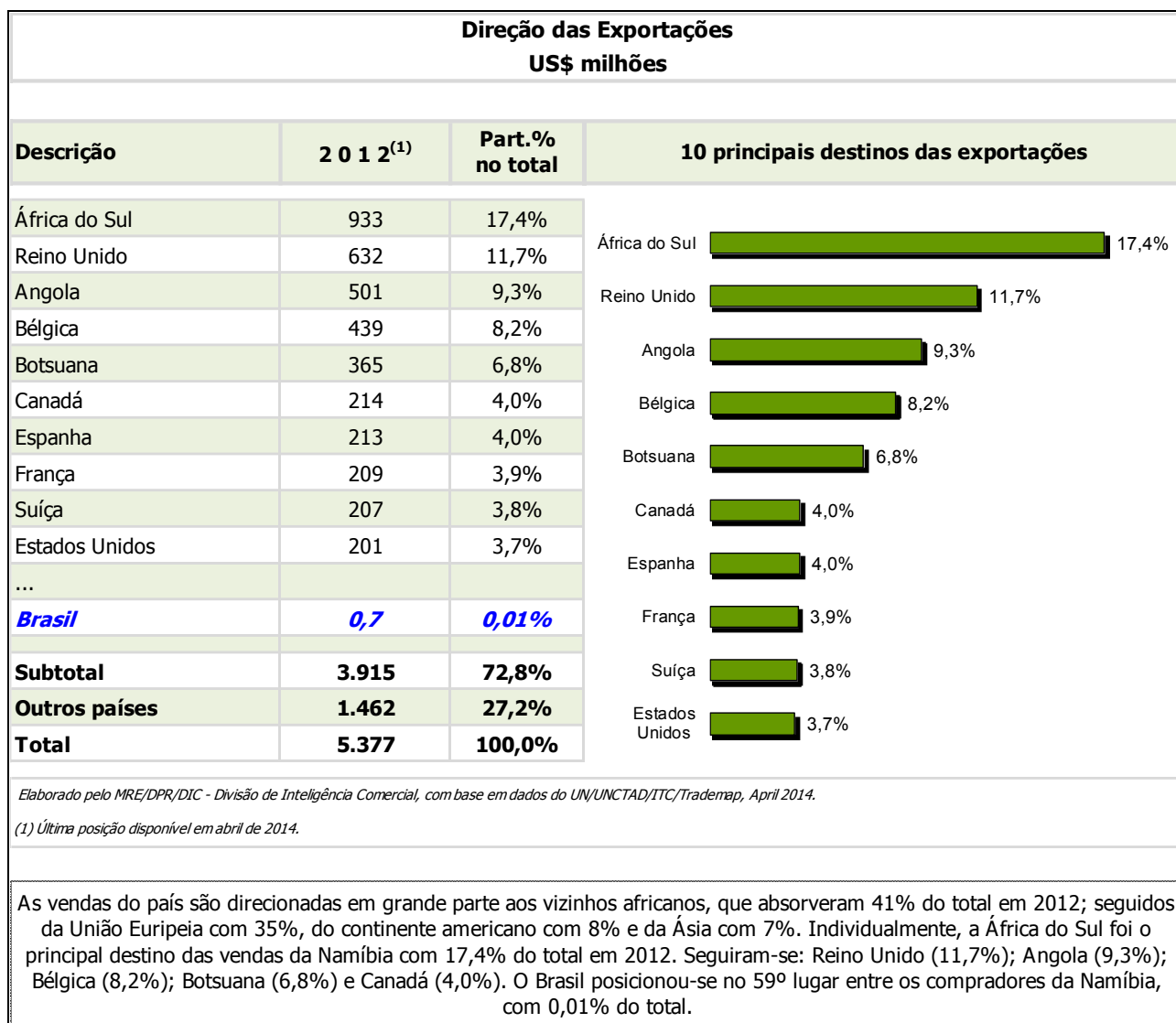
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, Abril 2014.

(n.c.) Dado não calculado.

(1) Última posição disponível em abril de 2014.



O comércio exterior da Namíbia apresentou, em 2012, crescimento de 32,8% em relação a 2008, de US\$ 9,4 bilhões para US\$ 12,5 bilhões. No ranking da UN/UNCTAD de 2012, o país figurou como o 115º mercado mundial, sendo o 103º exportador e o 116º importador. O saldo da balança comercial apresentou-se superavitário em 2008 e deficitário no resto do período sob análise, totalizando saldo negativo de US\$ 1,76 bilhão em 2012.



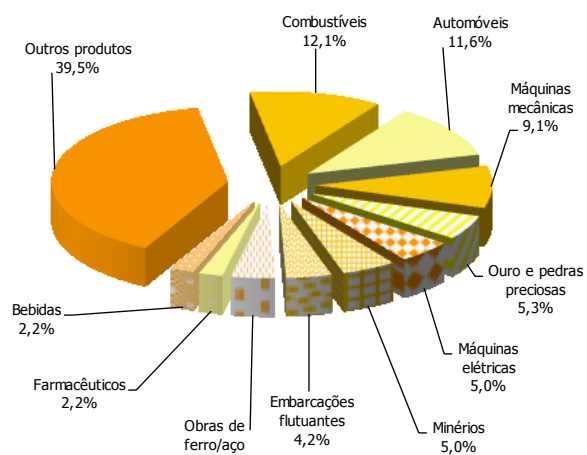
US\$ milhões			
Descrição	2 0 1 2 ⁽¹⁾	Part.% no total	10 principais origens das importações
África do Sul	4.969	69,7%	
Suíça	427	6,0%	
China	288	4,0%	
Reino Unido	173	2,4%	
Alemanha	140	2,0%	
Botsuana	113	1,6%	
Zâmbia	111	1,6%	
Países Baixos	81	1,1%	
Cingapura	54	0,8%	
Tanzânia	45	0,6%	
...			
Brasil	12	0,2%	
Subtotal	6.413	89,9%	
Outros países	719	10,1%	
Total	7.132	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, Abril 2014.
(1) Última posição disponível em abril de 2014.

Os vizinhos africanos são também os principais abastecedores do mercado da Namíbia. Em 2012, somaram 75% do total, seguidos da União Europeia com 8% e da Ásia com 6%. Individualmente, a África do Sul foi também o principal fornecedor de bens à Namíbia, com 69,7% do total. Seguiram-se: Suíça (6,0%); China (4,0%); Reino Unido (2,4%); e Alemanha (2,0%). O Brasil posicionou-se no 26º lugar entre os fornecedores do mercado da Namíbia com 0,2% do total.

Composição das importações
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 2 ⁽¹⁾	Part. % no total
Combustíveis	861	12,1%
Automóveis	824	11,6%
Máquinas mecânicas	648	9,1%
Ouro e pedras preciosas	378	5,3%
Máquinas elétricas	357	5,0%
Minérios	354	5,0%
Embarcações flutuantes	298	4,2%
Obras de ferro/aço	283	4,0%
Farmacêuticos	157	2,2%
Bebidas	156	2,2%
Subtotal	4.316	60,5%
Outros produtos	2.816	39,5%
Total	7.132	100,0%



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, Abril 2014.

(1) Última posição disponível em abril de 2014.

A pauta das importações da Namíbia apresentou-se concentrada em bens industrializados. Em 2012, combustíveis (óleo de petróleo refinado) foram o principal grupo de produtos da pauta e representaram 12,1% do total. Seguiram-se: automóveis (vans, ônibus e micro-ônibus, partes e acessórios) com 11,6%; máquinas mecânicas (elevadores de carga, computadores, bombas, refrigeradores e congeladores) com 9,1%; ouro e pedras preciosas (diamantes trabalhados) com 5,3%; e máquinas elétricas (aparelhos de telefonia, aparelhos para corte e aparelhos de TV) com 5,0%.

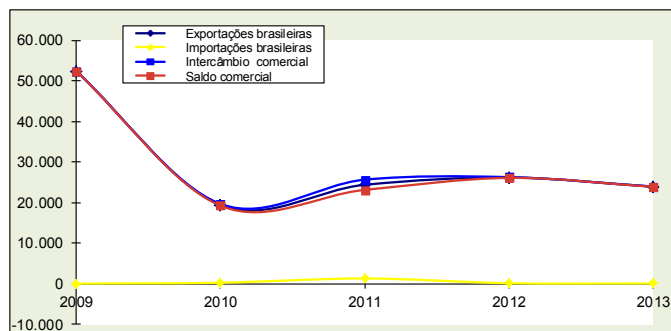
Evolução do intercâmbio comercial com o Brasil
US\$ mil, fob

Descrição	2 0 0 9	2 0 1 0	2 0 1 1	2 0 1 2	2 0 1 3	2 0 1 3 (jan-fev)	2 0 1 4 (jan-fev)	VAR. % 2009-2013
Exportações brasileiras	52.412	19.438	24.372	26.171	23.913	3.494	2.527	-54,4%
Variação em relação ao ano anterior	128,0%	-62,9%	25,4%	7,4%	-8,6%	-27,9%	-27,7%	
Importações brasileiras	2	219	1.263	93	30	0,4	0,04	1396,2%
Variação em relação ao ano anterior	-96,9%	10765,0%	477,6%	-92,6%	-67,7%	188,6%	-89,0%	
Intercâmbio comercial	52.414	19.656	25.635	26.264	23.943	3.494	2.527	-54,3%
Variação em relação ao ano anterior	127,3%	-62,5%	30,4%	2,5%	-8,8%	-28,4%	-27,7%	
Saldo comercial	52.410	19.219	23.109	26.078	23.883	3.494	2.527	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

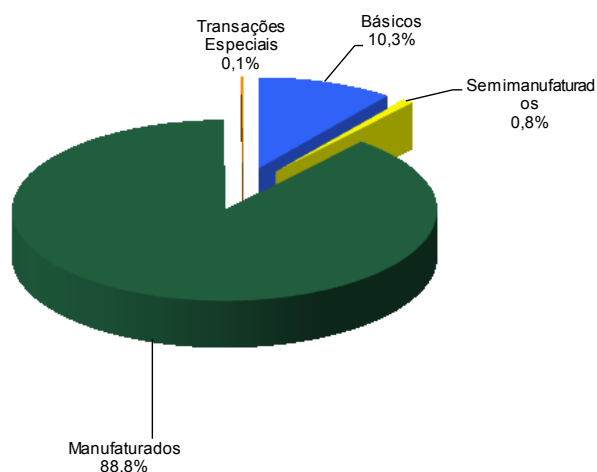
(n.c.) Dado não calculado.

A Namíbia foi o 141º parceiro comercial brasileiro, com participação de 0,005% no comércio exterior brasileiro em 2013. Entre 2009 e 2013, o intercâmbio comercial brasileiro com o país reduziu-se em 54,3%, de US\$ 52,4 milhões para US\$ 23,9 milhões. Nesse período, as exportações caíram 54,4% e as importações aumentaram 1,396,2%. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o período, registrou superávit de US\$ 23,9 milhões em 2013.



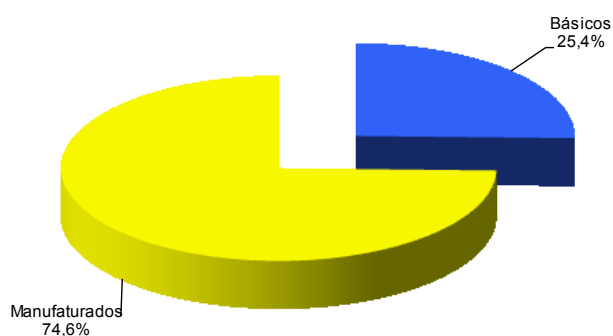
Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2013

Exportações



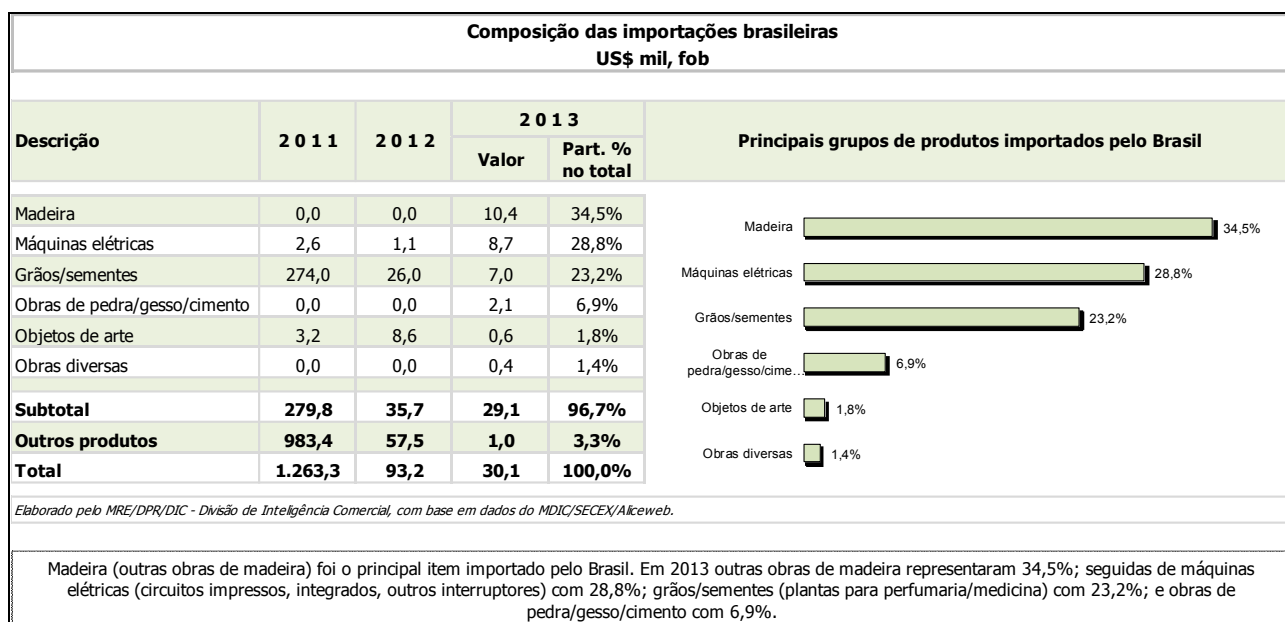
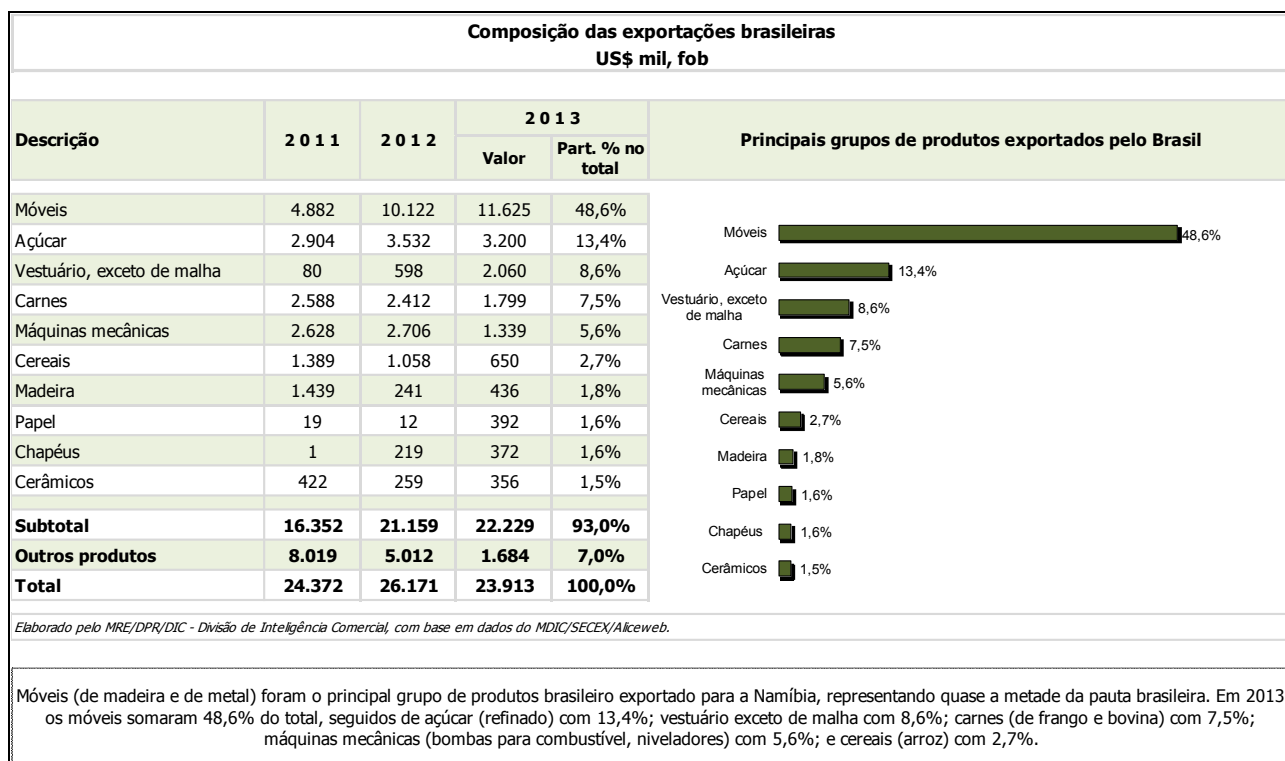
As exportações brasileiras para a Namíbia são compostas, em sua maior parte, por produtos manufaturados que representaram 88,8% do total em 2013, com destaque para móveis, vestuário e máquinas. Os básicos posicionaram-se em seguida com 10,3% (carnes e cereais) e os semimanufaturados, com 0,8%.

Importações



Os produtos manufaturados somaram 74,6% da pauta de importações em 2013, representados sobretudo por máquinas e objetos de arte. Os básicos posicionaram-se em seguida com 25,4% (plantas para a indústria de cosméticos e medicinal).

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX.



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)					
US\$ mil, fob					
DESCRIÇÃO	2 0 1 3 (jan-fev)	Part. % no total	2 0 1 4 (jan-fev)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil
Exportações					
Móveis	483,7	13,8%	792,9	31,4%	Móveis 792,9
Açúcar	361,0	10,3%	465,4	18,4%	Açúcar 465,4
Carnes	154,2	4,4%	360,9	14,3%	Carnes 360,9
Máquinas elétricas	1,0	0,0%	350,0	13,9%	Máquinas elétricas 350,0
Madeira	0,0	0,0%	183,9	7,3%	Madeira 183,9
Papel	30,0	0,9%	149,5	5,9%	Papel 149,5
Máquinas mecânicas	223,4	6,4%	144,4	5,7%	Máquinas mecânicas 144,4
Peles e couros	0,0	0,0%	37,0	1,5%	Peles e couros 37,0
Subtotal	1.253,3	35,9%	2.484,0	98,3%	
Outros produtos	2.240,7	64,1%	42,6	1,7%	
Total	3.494,0	100,0%	2.526,6	100,0%	
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil					
Importações					
Máquinas mecânicas	0,33	94,1%	0,04	100,0%	Máquinas mecânicas 0,04
Subtotal	0,33	94,1%	0,04	100,0%	
Outros produtos	0,02	5,9%	0,00	0,0%	
Total	0,36	100,0%	0,04	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.